

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
 - B) refere-se aos axiomas sociais.
 - C) relaciona-se aos direitos civis.
 - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
 - B) alternância.
 - C) causalidade.
 - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

| | |
|-----|--|
| I | “A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado. |
| II | “[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética. |
| III | “Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto. |
| IV | “Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo. |

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatuas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. A Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011, reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). A opção que apresenta corretamente os componentes da Rede de Atenção às Urgências é:

- A) Atenção Hospitalar; Centrais de Reabilitação; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências.
- B) Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; Defesa Civil.
- C) Unidades de Pronto Atendimento 24h; Promoção, Prevenção e Vigilância à Saúde; Corpo de Bombeiros.
- D) Atenção Básica em Saúde; Sala de Estabilização; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências.

As questões 22 e 23 referem-se à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

22. Leia as afirmativas a seguir:

| | |
|-----|---|
| I | Nos períodos destinados a refeição ou a descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho. |
| II | É considerada complicação de doença ocupacional a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se superponha às consequências do anterior, causando maiores danos à saúde do empregado. |
| III | O trabalhador é responsável pela adoção e uso das medidas individuais e coletivas de prevenção e segurança do trabalho. |
| IV | Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho. |

No que se refere ao acidente de trabalho, estão corretas as afirmativas

- A) II e III.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I e II.

23. No que se refere à Comunicação de Acidente do Trabalho, é correto afirmar:

- A) A comunicação de acidente de trabalho, quando formalizada pelo próprio acidentado, exime a empresa da responsabilidade pela falta de emissão de formulário.
- B) A penalidade para a empresa que não comunicar o acidente de trabalho ocorrido com seu empregado varia de advertência verbal até suspensão da atividade.
- C) A entidade sindical ou os dependentes do acidentado, desde que prevaleça o prazo de até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência, podem oficializar a comunicação de acidente de trabalho.
- D) A empresa deverá comunicar o acidente de trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente.

24. Leia os itens a seguir:

| | |
|-----|--|
| I | Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal; salário mínimo nacionalmente unificado. |
| II | Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário; piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho. |
| III | Fundo de garantia do tempo de serviço; proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa. |
| IV | Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de quinze dias. |
| V | Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno. |

Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais garantidos na Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais, estão presentes nos itens

- A) I e V.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) III e V.

25. A Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho. De acordo com essa Lei, em particular, com seu artigo 157, cabe às empresas

- A) selecionar empregados que tenham instrução mínima em Segurança e Saúde no Trabalho e que cumpram as normas de segurança.
- B) facilitar o exercício da fiscalização pelo órgão regional competente e adotar as medidas que lhes sejam determinadas por esse órgão.
- C) estabelecer disposições complementares à legislação de Segurança e Saúde no Trabalho, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho.
- D) cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho e penalizar empregados que cometam ato contrário às medidas previstas para evitar acidentes de trabalho.

26. Sobre as Convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, é correto afirmar:

- A) A Convenção nº 148 estabelece os critérios que permitem definir os riscos da exposição à contaminação do ar e às pressões anormais.
- B) A Convenção nº 161 dispõe que, uma vez estabelecidos os serviços de saúde no trabalho, a legislação nacional deverá designar a autoridade ou autoridades encarregadas de supervisionar seu funcionamento e de assessorá-los.
- C) A Convenção nº 155, no Artigo 3, estabelece que o termo "trabalhadores" abrange todas as pessoas empregadas, excluídos os empregados públicos.
- D) A Convenção nº 115, no Artigo 7, dispõe que qualquer trabalhador menor de 21 anos está impossibilitado de ocupar-se em trabalhos que impliquem a utilização de radiações ionizantes, fixando os níveis de radiações.

27. De acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS)

- A) executar serviços de saúde do trabalhador.
- B) prestar cooperação técnica à União e aos Estados.
- C) formular políticas referentes à vigilância sanitária de portos e aeroportos.
- D) definir os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade.

28. O Decreto nº 7.602, de 07 de novembro de 2011, dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST. É um princípio da PNSST:
- A) Inclusão de trabalhadores brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil no sistema nacional de proteção da saúde.
 - B) Precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação.
 - C) Reestruturação da rede integrada do sistema de informações, estudos e pesquisas em saúde do trabalhador.
 - D) Premência de medidas especiais de execução de ações para a melhoria das condições laborais de alto risco.
29. A Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio 2010, estabelece orientações básicas aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal em relação à Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS). As principais estratégias para a implementação da NOSS são
- A) a vigilância da saúde do servidor, a eliminação dos riscos ambientais e a implantação de comissões internas de prevenção.
 - B) a implantação de Programas de Prevenção de Riscos Ambientais pautados na metodologia de pesquisa-intervenção e a educação em serviço.
 - C) as avaliações dos ambientes e processos de trabalho, o acompanhamento da saúde do servidor e as ações educativas em saúde.
 - D) as avaliações dos ambientes e processos de trabalho e a implantação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.
30. Constitui-se em uma etapa do Processo de Enfermagem a
- A) Caracterização.
 - B) Normatização.
 - C) Implementação.
 - D) Humanização.
31. No nível de prevenção terciária, é uma atribuição do enfermeiro do trabalho:
- A) A consulta e o atendimento de enfermagem para prestação de cuidados de enfermagem para reintegração física, mental e social do trabalhador.
 - B) A realização de campanhas de imunização do trabalhador.
 - C) A visita aos locais de trabalho, junto com profissionais da equipe, para diagnóstico precoce dos agentes que possam interferir na saúde do trabalhador.
 - D) A organização do ambulatório de saúde do trabalhador.
32. Leia as afirmativas a seguir, que tratam do Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem.

| | |
|-----|---|
| I | Eximir-se da responsabilidade por atividades executadas por alunos ou estagiários, na condição de docente, Enfermeiro responsável ou supervisor. |
| II | Participar da prática profissional multi e interdisciplinar com responsabilidade, autonomia e liberdade. |
| III | Abster-se de revelar informações confidenciais de que tenha conhecimento em razão de seu exercício profissional a pessoas ou entidades que não estejam obrigadas ao sigilo. |
| IV | Delegar suas atividades privativas a outro membro da equipe, seja enfermeiro ou técnico em enfermagem. |
| V | Utilizar-se de veículo de comunicação para conceder entrevistas ou divulgar eventos e assuntos de sua competência, com finalidade educativa e de interesse social. |

São direitos dos profissionais de enfermagem as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) II, III e V.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e IV.

33. De acordo com a Lei do Exercício Profissional da Enfermagem n° 7.498, de 25 de junho de 1986, Artigo 11, inciso II, cabe ao enfermeiro, como integrante da equipe de saúde,
- A) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação.
 - B) realização do parto com distocia e prescrição da assistência à parturiente.
 - C) emissão de parecer técnico-científico sobre matéria de cuidados.
 - D) organização dos serviços e de suas atividades técnicas e auxiliares.
34. Os estudos epidemiológicos servem para verificar ou testar hipóteses epidemiológicas e também para descrever a situação de saúde de um grupo populacional. Nesse contexto, o estudo de Coorte é definido como:
- A) Estudo de investigação etiológica retrospectiva, em que ocorre a seleção de pessoas com a doença em estudo e, então, investigam-se as possíveis causas, procurando descobrir as possíveis exposições que determinaram a doença.
 - B) Estudo observacional analítico, conduzido para investigar a incidência da doença, no qual os expostos e não-expostos aos fatores de risco serão acompanhados por um período de tempo até o aparecimento da doença.
 - C) Estudo analítico que investiga a relação entre casos de doença, ou agravo, ou possíveis fatores de risco em uma determinada população a partir de dados coletados simultaneamente, em um momento específico.
 - D) Estudo descritivo que caracteriza a distribuição das doenças, da mortalidade e dos agravos à saúde em função de variáveis relacionadas ao tempo, ao espaço e às pessoas, sendo útil para gerar novas hipóteses e novos conhecimentos.
35. Vários estudos são realizados para diagnosticar e solucionar problemas dos ambientes de trabalho e que potencialmente podem causar danos ao trabalhador. Nesses estudos, tabelas e gráficos podem ser usados para apresentar e sumarizar os resultados levantados. Leia, a seguir, as afirmativas acerca desses gráficos e tabelas.

| | |
|-----|---|
| I | O título das tabelas e dos gráficos descreve que dado está sendo apresentado, onde e quando ele foi coletado. |
| II | O gráfico de setores ou pizza apresenta, por meio de retângulos, dispostos verticalmente, como um grupo é dividido. |
| III | O título das tabelas e dos gráficos descreve a forma como o estudo foi realizado, de modo que seja desnecessário recorrer à leitura do texto. |
| IV | As tabelas com dupla entrada de dados podem apresentar distribuição de uma variável de acordo com as categorias de outra. |

Estão corretas as afirmativas

- A) II e III.
 - B) I e II.
 - C) III e IV.
 - D) I e IV.
36. A Portaria n° 104, de 25 de janeiro de 2011, lista, em seu anexo III, doenças cuja notificação compulsória é oriunda de unidades sentinelas. Dentre as doenças relacionadas ao trabalho, fazem parte da Lista de Notificação Compulsória em Unidades Sentinelas:
- A) Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR), Transtorno mental relacionado ao trabalho e Pneumoconiose.
 - B) Pneumoconiose, Distúrbios Ostemuculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e Estresse.
 - C) Dengue, Perda Auditiva Induzida pelo Ruído (PAIR) e Câncer relacionado ao trabalho.
 - D) Dermatose Ocupacional, Distúrbios Ostemuculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e Varicela.

- 37.** Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) abrangem quadros clínicos do sistema músculo-esquelético adquiridos pelo trabalhador submetido a determinadas condições de trabalho. Sobre os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, é correto afirmar:
- A)** A etiologia desses distúrbios é multifatorial, e vários fatores de risco estão envolvidos direta ou indiretamente.
 - B)** Os fatores de risco são necessariamente as causas diretas desses distúrbios e geram respostas que produzem a doença.
 - C)** Os fatores de risco para os distúrbios são independentes e devem ser analisados de forma individual.
 - D)** A etiologia da doença independe de fatores de risco biomecânicos, cognitivos, sensoriais, afetivos e de organização do trabalho.
- 38.** A implantação de um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) tem por premissa identificar perigos e avaliar os riscos oriundos das atividades, produtos e serviços da organização. A metodologia para identificar esses perigos e riscos deve ser definida em relação a seu escopo, natureza e momento oportuno para agir, assegurando que seja
- A)** reativa.
 - B)** proativa.
 - C)** universal.
 - D)** centralizada.
- 39.** Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são classificados em função de suas características e riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde. De acordo com a RDC ANVISA nº 306/04 e a Resolução CONAMA nº 358/05, os RSS são classificados em cinco grupos: A, B, C, D e E. O grupo E é formado por
- A)** componentes isentos de risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.
 - B)** componentes com possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.
 - C)** materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como lâminas de barbear, agulhas, ampolas de vidro, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, espátulas e outros similares.
 - D)** substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.
- 40.** Durante a jornada de trabalho em um hospital geral, uma enfermeira admite, em sua unidade de internação, um paciente com diagnóstico de varicela. Para impedir a disseminação do agente infeccioso da varicela, ela institui
- A)** precauções de contato e respiratória, não necessitando da padrão.
 - B)** precauções por gotículas e respiratória, não necessitando da padrão.
 - C)** precauções por aerossóis e gotículas, continuando com a padrão.
 - D)** precauções de contato e por aerossóis, continuando com a padrão.
- 41.** Diversos tipos de microrganismos comportam-se de maneira diferente diante dos processos de desinfecção e esterilização. Alguns apresentam-se mais resistentes que outros. A opção que apresenta os microrganismos em ordem crescente de resistência à desinfecção e à esterilização é:
- A)** Esporos bacterianos, Fungos e Bactérias vegetativas.
 - B)** Micobactérias, Prions e Fungos.
 - C)** Prions, Micobactérias e Esporos bacterianos.
 - D)** Micobactérias, Esporos bacterianos e Prions.

42. Leia as seguintes afirmativas em relação à exposição a material biológico no ambiente de trabalho.

| | |
|-----|--|
| I | Suor, lágrima, fezes, urina, vômitos e secreções nasais são líquidos biológicos com risco de transmissão ocupacional. |
| II | O risco de infecção pelo vírus da Hepatite B está relacionado, principalmente, ao grau de viremia do paciente-fonte e à exposição ao material biológico. |
| III | Casos de transmissão ocupacional pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) podem ser caracterizados como comprovados ou prováveis. |
| IV | O principal risco de infecção pelo vírus da hepatite C é o contato com fluídos e secreções corporais com ou sem sangue. |

Estão corretas as afirmativas

- A) III e IV.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I e IV.

43. Dentre os riscos ambientais, encontram-se os agentes físicos e os químicos. Em relação a esses riscos, é correto afirmar:

- A) A vibração é um agente físico, e a pressão elevada é um agente químico.
- B) O fumo metálico é um agente físico, e o calor excessivo é um agente químico.
- C) A radiação ionizante é um agente físico, e a poeira mineral é um agente químico.
- D) O ruído é um agente físico, e a temperatura extrema é um agente químico.

44. O Enfermeiro do Trabalho é membro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) nas empresas dimensionadas segundo a Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego. É competência do SESMT

- A) aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir e até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador.
- B) determinar, como atividade principal de prevenção, a utilização pelo trabalhador de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com a concentração, a intensidade ou característica do agente no ambiente de trabalho.
- C) delegar responsabilidades técnicas quanto à orientação para o cumprimento do disposto nas normas de engenharia de segurança e de medicina do trabalho aplicáveis às atividades executadas pela empresa e/ou por seus estabelecimentos.
- D) desenvolver atividades da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), promovendo a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

45. De acordo com a Norma Regulamentadora (NR) 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI), cabe ao órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego

- A) cadastrar o fabricante ou importador de EPI.
- B) fiscalizar e orientar quanto ao uso adequado e à qualidade do EPI.
- C) renovar o Certificado de Aprovação do EPI.
- D) estabelecer os regulamentos técnicos necessários para ensaios de EPI.

46. Sobre a Norma Regulamentadora (NR) nº 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Ministério do Trabalho e Emprego, é correto afirmar:
- A) Os dados obtidos nos exames médicos, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do programa.
 - B) As ações de saúde a serem executadas durante o ano devem ser objeto de relatório bianual divulgado entre os trabalhadores.
 - C) O exame clínico de retorno ao trabalho será realizado pelo médico no primeiro dia da volta ao trabalho do empregado ausente ou afastado por período igual a 15 (quinze) dias por motivo de doença ocupacional.
 - D) A primeira via do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) será entregue ao trabalhador após o exame ocupacional.
47. Norma Regulamentadora nº 09, do Ministério do Trabalho e Emprego, determina uma estrutura mínima do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
É componente dessa estrutura
- A) o orçamento detalhado de materiais e equipamentos a serem utilizados.
 - B) o cronograma com estabelecimento de metas para os próximos cinco anos.
 - C) o relatório parcial das atividades desenvolvidas e avaliadas no programa.
 - D) o planejamento anual com estabelecimento de metas, prioridades e cronograma.
48. Considere as seguintes afirmativas relacionadas à Norma Regulamentadora (NR) nº 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da insalubridade.

| | |
|-----|--|
| I | A caracterização de insalubridade independe de laudo de inspeção quando o agente está evidente no local de trabalho. |
| II | São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem abaixo dos limites de tolerância previstos nos anexos da NR. |
| III | A eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo. |
| IV | A insalubridade poderá ser eliminada ou neutralizada com a utilização de Equipamento de Proteção Individual. |

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II.
 - B) II e IV.
 - C) III e IV.
 - D) II e III.
49. Sobre a Norma Regulamentadora (NR) nº 17 – Ergonomia, do Ministério do Trabalho e Emprego, é correto afirmar:
- A) Os equipamentos utilizados no processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo devem ter teclado dependente.
 - B) Nas atividades que envolvam leitura de documentos para digitação, datilografia ou mecanografia, deve ser utilizado documento de fácil legibilidade sempre que possível, sendo vedada a utilização do papel brilhante, ou de qualquer outro tipo que provoque ofuscamento.
 - C) As cadeiras utilizadas nos postos de trabalho devem ter, como requisito de conforto, assento com borda frontal e encosto retilíneos.
 - D) Nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam atenção intelectual constante, o índice de temperatura efetiva deve estar entre 18° e 21° centígrados, e a iluminação natural deve ser adequada de forma a evitar reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos.

- 50.** A Norma Regulamentadora (NR) nº 32, do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde. De acordo com essa NR, o empregador deve vedar
- A)** o uso de adornos, o ato de fumar, e o manuseio de lentes de contato nos postos de trabalho.
 - B)** o uso de calçados fechados, o consumo de alimentos nos postos de trabalho e o ato de fumar.
 - C)** o uso de anéis e pulseiras, o consumo de bebidas nos postos de trabalho e o uso de maquiagem.
 - D)** o uso de vestimentas permeáveis, a utilização de pias para fins não previstos e o uso de calçados fechados.

